

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.065.298/0001-02

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art. 7º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 81/22”), a **MANGELS INDUSTRIAL S.A.** (“Mangels” ou “Companhia”) apresenta a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO” ou “Assembleia”) (“Proposta”), a ser realizada, em primeira convocação, às 14 horas do dia 30 de abril de 2025, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das contas da administração, das demonstrações financeiras e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) eleição do Presidente do Conselho de Administração; (v) eleição do Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vi) aprovação da remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social em curso; (vii) eleição dos membros do Conselho Fiscal, conforme disposto na legislação aplicável; e (viii) fixação da remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal, conforme previsto na legislação e nos termos do Edital de Convocação, divulgado nos dias 29 de março, 1º e 2 de abril de 2025, no *Jornal Diário do Comércio* de Belo Horizonte – MG, no *Jornal Três de Três Corações* – MG e no periódico *Empresas & Negócios* de São Paulo – SP.

São Bernardo do Campo – SP, 29 de março de 2025¹

Mark Ross Mangels
Presidente do Conselho de Administração

¹ Este documento foi originalmente divulgado em 29 de março de 2025 e posteriormente reapresentado em 11 de abril de 2025, exclusivamente para refletir as adequações introduzidas pelas Resoluções CVM nº 81/22 e nº 59/21, especialmente no Anexo II, correspondente ao item 7 do Formulário de Referência.

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.065.298/0001-02

ÍNDICE

ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	3
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	6
ANEXO II – CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	36

ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Poderão participar da Assembleia os titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Mangels, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária.

Conforme autorizado pelo §2º-A do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), a AGO será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma “*Microsoft Teams*”.

Dessa forma, os acionistas poderão participar da AGO, nos termos do art. 28, §§ 2º e 3º, da Resolução CVM nº 81/22, atualizada pela Resolução CVM nº 204/2024: (i) virtualmente, por meio de sistema eletrônico; ou (ii) por meio de boletim de voto a distância, que poderá ser enviado diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou do escriturador.

Participação por meio da plataforma eletrônica

Os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital deverão encaminhar ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, no e-mail ri@mangels.com.br, até 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO, ou seja, até o dia 28 de abril de 2025, os seguintes documentos:

- (i) Comprovante da qualidade de acionista da Companhia emitido pelo escriturador ou instituição depositária, conforme o caso, com no máximo 05 (cinco) dias de antecedência à data da assembleia geral;
- (ii) Se pessoa física, cópia do documento de identidade;
- (iii) Se pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia de estatuto, contrato social ou regulamento, cópia de ata de eleição dos administradores, cópia do contrato de administração ou gestão, conforme aplicável, todos devidamente registrados ou arquivados perante o órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente na assembleia; e
- (iv) Se forem representados por procuradores, além dos documentos mencionados anteriormente, os acionistas deverão apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação e cópia do documento de identidade do procurador,

Os documentos provenientes do exterior deverão ser apostilados ou consularizados, acompanhados da respectiva tradução juramentada, registrada em cartório de títulos e documentos. A Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, desde que a assinatura digital seja realizada com certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou por outros meios de assinatura eletrônica certificada que comprovem a autoria e a integridade do documento e dos signatários.

Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores.

O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail: ri@mangels.com.br, com até, no máximo, 3 (três) horas de antecedência do horário de início da Assembleia.

Representação por procurador

Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador ou advogado, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A.

A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

Participação por meio de boletim de voto a distância

Nos termos da Resolução CVM n.º 81/22, os acionistas poderão enviar boletins de voto a distância, conforme modelo disponibilizado no seu website (<http://www.mangels.com.br>), nos websites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br), diretamente à Companhia ou por meio do escriturador (Itaú Investment Services – www.itaui.com.br/investmentservices) ou de seus respectivos custodiantes, nos termos das normas legais e regulatórias aplicáveis e segundo as regras previstas no Formulário de Referência da Companhia.

Os documentos e informações referidos acima, bem como os demais documentos previstos na Resolução CVM n.º 81/22, relativos à ordem do dia e à participação na Assembleia foram divulgados no sistema eletrônico Empresas.Net, e se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu website (www.mangels.com.br), e nos websites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração apresenta, a seguir, suas propostas e comentários sobre as matérias constantes da ordem do dia da AGO.

1. Tomar as contas dos administradores, examinar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração esclarece que os documentos acima referidos, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, bem como no seu website (<http://www.mangels.com.br>), nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Em atendimento ao art. 10, inciso III, da Resolução CVM n.º 81/22, os comentários

dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **Anexo I** a esta Proposta (**Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia**).

2. Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Considerando o saldo atual da conta de prejuízos acumulados, apesar de a Companhia ter apurado lucro no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração recomenda a destinação do resultado do exercício para a conta de prejuízos acumulados, conforme art. 189, parágrafo único, da Lei das S.A.

Por tal motivo, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22, conforme dispensado pela decisão do colegiado da CVM no processo administrativo CVM RJ 2010/14687, em reunião de 27 de setembro de 2011.

3. Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025.

O Conselho de Administração propõe que a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, para o período de maio de 2025 a abril de 2026, seja de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais). O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído entre membros de cada órgão, conforme será definido em reunião do Conselho de Administração. O referido limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria é definido anualmente, por proposta do Conselho de Administração e recomendação dos Comitês de Recursos Humanos e de Finanças, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, para vigor de maio do ano corrente a abril do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global. As parcelas da remuneração total aprovadas, anualmente, na Assembleia Geral de Acionistas, onde são definidos os valores de composição da remuneração, são conjugadas à perenidade e à sustentabilidade financeira. O estabelecimento dos valores de remuneração fixa e dos benefícios concedidos aos administradores é baseado em estudos e pesquisas de mercado, em especial o Estudo desenvolvido pela Korn Ferry, apresentado em 21/01/2025, aprovado pelo Conselho de Administração em 24/02/2025 para que fosse submetido à aprovação dos acionistas na AGO. Na fixação das remunerações são analisadas as competências e responsabilidades requeridas, conforme as especificidades de cada cargo.

A título informacional, a Companhia esclarece que, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o valor da remuneração efetivamente realizado foi de R\$ 7.335.250,00 (sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Em atendimento ao disposto no art. 13 da Resolução CVM nº 81/22, o **Anexo III** a esta Proposta contém informações adicionais sobre a remuneração dos Administradores da Companhia, na forma do item 8 do Formulário de Referência (**Anexo III – Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto no Artigo 13, I, da Resolução CVM nº 81/22**).

São Bernardo do Campo – SP, 29 de março de 2025

Mark Ross Mangels
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 – Item 2 do Formulário de Referência)

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

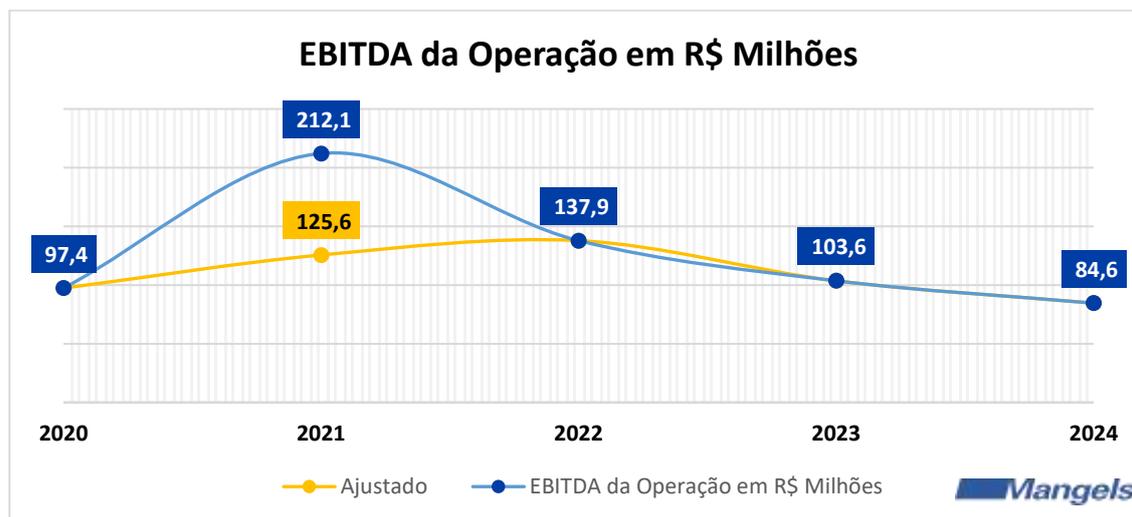
ITEM 2. Comentários dos diretores

2.1. – Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2024

DESTAQUE:



Com 96 anos de história, a Mangels se destaca pela excelência em sua produção e pelo firme compromisso com os setores que compõem sua cadeia produtiva. Atualmente, é a maior empresa nacional do setor e uma das líderes da América Latina. Seus produtos são amplamente utilizados em segmentos como automóveis, motocicletas, caminhões, ônibus e eletrodomésticos, também atua em diversas soluções inovadoras em alumínio, não apenas em rodas.

O Ebitda (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é um dos principais indicadores financeiros da Mangels, refletindo os resultados das atividades operacionais da Companhia, ao excluir a rentabilidade de investimentos e os efeitos tributários. No exercício de 2024, o Ebitda da Mangels foi de R\$ 84,6 milhões, representando uma redução de 18,4% em relação ao valor registrado em 2023, de R\$ 103,6 milhões. Essa diminuição está fortemente relacionada às flutuações nos preços das commodities, que sofreram oscilações significativas devido a fatores econômicos e geopolíticos, impactando diretamente a indústria. Contudo, o olhar da Mangels para o futuro é positivo e, nesse sentido, têm buscado cada vez mais eficiência na gestão dos seus ativos.

A Mangels baseia suas operações em princípios sólidos como ética, sustentabilidade, segurança, trabalho em equipe, cooperação e integridade, mantendo sempre uma relação de transparência e confiança com seus parceiros, sejam clientes, fornecedores ou colaboradores.

CENÁRIO ECONÔMICO - 2024

VEÍCULOS LEVES

Em 2024, a produção de veículos leves no Brasil cresceu quase 10% em relação ao ano anterior, totalizando cerca de 2,5 milhões de unidades. Esse avanço consolidou o país na oitava posição entre os maiores produtores mundiais.

Foram fabricados 1,89 milhão de carros de passeio, um aumento de 6,3%, e 485 mil comerciais leves, com crescimento de 15%. O resultado reflete a recuperação gradual da indústria, impulsionada pelo aumento da demanda e pela retomada da produção em ritmo mais acelerado.

VEÍCULOS PESADOS

Em 2024, a produção de veículos pesados no Brasil registrou crescimento significativo, especialmente no segmento de caminhões. Foram produzidos 141,3 mil caminhões, um aumento de 40,5% em relação a 2023, com destaque para o primeiro trimestre, quando 29,3 mil unidades foram fabricadas, um avanço de 19,7%.

A produção de ônibus também teve alta expressiva, crescendo 34,7% no ano. No primeiro trimestre, foram fabricados 6,5 mil chassis, um aumento de 61,6% em comparação ao mesmo período de 2023.

MOTOCICLETAS

Em 2024, a produção de motocicletas no Brasil alcançou 1.748.317 unidades, registrando um crescimento de 11,1% em relação ao ano anterior, o melhor desempenho em 14 anos. O aumento foi impulsionado pela maior demanda interna, planejamento para mitigar impactos climáticos e a alocação estratégica de recursos.

As motocicletas de baixa cilindrada (até 160 cm³) seguiram liderando as vendas, mas as motos médias (entre 161 cm³ e 499 cm³) também se destacaram, com um crescimento de 25,9% na produção.

GLP

Em 2024, o mercado de GLP no Brasil demonstrou um crescimento impulsionado por diversos fatores. As vendas de GLP acumularam um aumento de 2,3% de janeiro a outubro, refletindo a melhora do cenário macroeconômico, com redução do desemprego e aumento da renda disponível para as famílias. Além disso, a redução de preços do GLP e o aumento do acesso a programas sociais também contribuíram para o crescimento da demanda.

b. Estrutura de capital

Não se aplica.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A evolução do endividamento líquido da Companhia está demonstrada abaixo:

R\$ Milhões	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24
Saldo Inicial	656,1	729,3	741,8	693,7	613,6
Amortização	(72,6)	(48,2)	(163,1)	(128,8)	(115,3)
Captação	18,0	-	80,7	10,6	-
Juros/variação cambial (sem efeito de caixa)	127,8	60,7	34,3	38,1	134,7
Saldo Final	729,3	741,8	693,7	613,6	633,0
FINANCIAMENTOS					
Curto prazo	25,0	50,1	74,6	125,5	105,9
Longo prazo	704,3	691,7	619,1	488,1	527,1
	729,3	741,8	693,7	613,6	633,0
DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa	27,3	33,5	13,5	34,4	12,6
Aplicações financeiras	36,2	25,5	57,7	31,8	61,5
	63,5	59,0	71,2	66,2	74,1
Endividamento Líquido	665,8	682,8	622,5	547,4	558,9

A Mangels tem demonstrado um controle eficaz sobre seu endividamento. Até dezembro de 2024, o endividamento líquido da Mangels era de R\$ 558,9 milhões, um aumento em relação aos R\$ 547,4 milhões de dezembro de 2023. Parte dessa variação é atribuída à exposição cambial, com a cotação do dólar subindo de R\$ 4,8413 em dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em dezembro de 2024, resultando em um impacto negativo de R\$ 77,3 milhões devido à flutuação cambial e R\$ 57,4 milhões relacionados aos juros provisionados sobre o endividamento.

É importante destacar que essas variações cambiais e os juros associados aos empréstimos e financiamentos não afetam o caixa da Companhia no curto prazo, uma vez que a maior parte da dívida é de longo prazo. A Companhia tem sido bem-sucedida na mitigação desses impactos por meio de um controle rigoroso das despesas e mudanças organizacionais estratégicas, fazendo constantes reuniões de calibração que consistem nas verificações de situações importantes, no mapeamento de oportunidades, tanto no âmbito de novos negócios como no que se refere ao rigoroso controle de custos e despesas. Esses esforços são fundamentais para a manutenção do controle financeiro e para o fortalecimento contínuo do caixa, que continua sendo uma das principais prioridades da Mangels.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e a extensão dos seus vencimentos foi concluída com sucesso, encontrando-se resolvida a situação divulgada nos trimestres anteriores.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A Companhia tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende utilizar de nenhum financiamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes;

Não se aplica

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com Instituições financeiras além daquelas já divulgadas no item 10.1. (c) deste Formulário de Referência.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas.

Não se aplica.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários à alienação de controle societário.

Não se aplica.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de Resultados nos anos de 2024 x 2023 x 2022 – (em R\$ mil)

Mangels Industrial S.A. E Controladas
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 a 2024
(em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	850.651	819.309	908.156	948.038	927.871	1.017.186
Custo das mercadorias vendidas	(752.143)	(709.782)	(789.917)	(834.552)	(800.994)	(873.266)
Lucro operacional bruto	98.508	109.527	118.239	113.486	126.877	143.920
Despesas de vendas	(9.830)	(8.629)	(5.693)	(10.525)	(9.045)	(6.126)
Despesas gerais e administrativas	(34.570)	(32.854)	(28.828)	(37.745)	(34.906)	(30.939)
Reversão (provisão) para perda de crédito esperada	(5.430)	(3.763)	627	(5.426)	(3.777)	627
Equivalência patrimonial	9.866	13.372	19.234	-	-	-
Outras receitas operacionais	15.866	12.442	26.869	17.546	14.583	30.642
Outras despesas operacionais	(13.966)	(10.383)	(19.748)	(14.069)	(10.496)	(19.993)
	(38.064)	(29.815)	(7.539)	(50.219)	(43.641)	(25.789)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	60.444	79.712	110.700	63.267	83.236	118.131
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	8.855	12.686	8.910	10.288	14.644	10.032
Despesas financeiras	(63.715)	(67.985)	(61.194)	(64.051)	(68.511)	(61.896)
Variações cambiais	(74.423)	25.082	25.512	(74.423)	25.082	25.512
	(129.283)	(30.217)	(26.772)	(128.186)	(28.785)	(26.352)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(68.839)	49.495	83.928	(64.919)	54.451	91.779
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	27.264	(15.448)	174.796	23.344	(20.404)	166.945
Diferido	(1.083)	(7.807)	(9.940)	(5.078)	(12.804)	(17.791)
	28.347	(7.641)	184.736	28.422	(7.600)	184.736
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(41.575)	34.047	258.724	(41.575)	34.047	258.724
Lucro (prejuízo) atribuível a:						
Acionistas controladores				(41.575)	34.047	258.724
				(41.575)	34.047	258.724
Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações básico diluído - R\$				(7,1889)	5,8872	44,7371
Ações ordinárias (centavos por ação)				(6,7549)	5,5318	42,0358
Ações preferenciais (centavos por ação)				(7,4304)	6,0849	46,2399

Análise do resultado consolidado do ano de 2024 versus o ano de 2023 (em R\$ mil)

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

DESEMPENHO CONSOLIDADO

R\$ Milhões	4T24	4T23	9M24	9M23	2024	2023	Var. R\$	Var. %
Receita Bruta	279,4	253,2	865,2	855,5	1.144,6	1.108,7	35,9	3,2%
Receita Líquida	231,0	211,1	717,0	716,8	948,0	927,9	20,1	2,2%
CPV	(198,9)	(177,2)	(635,6)	(623,8)	(834,5)	(801,0)	(33,5)	4,2%
Lucro Bruto	32,1	33,9	81,4	93,0	113,5	126,9	(13,4)	(10,5%)
Receitas (despesas) operacionais	(15,5)	(4,6)	(34,7)	(39,0)	(50,2)	(43,6)	(6,6)	15,0%
Lucro Operacional	16,6	29,3	46,7	54,0	63,3	83,3	(20,0)	(24,0%)
Resultado Financeiro	(53,3)	(2,6)	(75,0)	(26,3)	(128,3)	(28,9)	(99,4)	343,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(36,7)	26,7	(28,3)	27,7	(65,0)	54,4	(119,4)	(219,5%)
Imposto de renda e contribuição social	13,3	(9,2)	10,0	(11,2)	23,3	(20,4)	43,7	(214,2%)
Lucro Líquido	(23,4)	17,5	(18,3)	16,5	(41,7)	34,0	(75,7)	(222,5%)
EBITDA	22,0	34,5	62,6	69,1	84,6	103,6	(19,0)	(18,4%)

A Mangels é uma companhia de destaque em diversos segmentos de mercado, como rodas de liga leve, cilindros de GLP, tanques de ar comprimido e chapas de aço para a indústria de motocicletas. Sua excelência operacional e compromisso com a qualidade garantem a capacidade de atender às exigentes demandas desses setores. A Companhia se diferencia pela inovação constante, processos produtivos eficientes e uma forte habilidade de adaptação às flutuações do mercado. Esses elementos, aliados a uma gestão estratégica focada na satisfação do cliente, solidificam a posição da Mangels como líder em seu ramo de atuação.

No exercício de 2024, a Mangels enfrentou desafios substanciais que impactaram seus resultados financeiros, refletindo a complexidade do cenário econômico atual tanto nos seus impactos internos quanto nas instabilidades internacionais. Embora as vendas tenham apresentado crescimento, a receita líquida consolidada foi de R\$ 948,0 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 927,9 milhões. Esse resultado foi influenciado por fatores como:

Oscilações nos Preços das Commodities: O aço e o alumínio, que representam entre 60% e 75% dos custos dos produtos da Mangels, sofreram quedas médias de 13% e 8,6%, respectivamente. Essas flutuações impactaram diretamente na receita líquida e na margem de lucro. Apesar dos ajustes nos preços de venda para refletir as variações dos custos das commodities, o impacto foi significativo.

O **custo dos produtos vendidos (CPV)** em 2024 totalizou R\$ 834,5 milhões, comparado a R\$ 801,0 milhões em 2023, refletindo um aumento impulsionado pelo crescimento nas vendas. Contudo, a participação do CPV sobre a receita líquida registrou um aumento de aproximadamente 1,7%. No quarto trimestre de 2024, o CPV alcançou R\$ 198,9 milhões, frente a R\$ 177,2 milhões no mesmo período de 2023, representando uma variação de 2,2% em relação à receita líquida do trimestre.

Em 2024, o **lucro bruto** foi de R\$ 113,5 milhões, registrando uma redução de 10,5% em relação aos R\$ 126,9 milhões de 2023. No quarto trimestre de 2024, o lucro bruto totalizou R\$ 32,1 milhões, mantendo-se praticamente estável em comparação aos R\$ 33,9 milhões do mesmo período de 2023. O desempenho acumulado de 2024 está relacionado ao alinhamento entre os custos das matérias-primas e os preços de venda. Contudo, a Companhia demonstrou eficiência operacional ao implementar medidas que resultaram na redução dos gastos gerais de fabricação e na melhoria dos processos produtivos, evidenciando seu compromisso com a otimização de recursos e a busca constante por resultados sustentáveis.

No acumulado de 2024, **as receitas (despesas) operacionais** apresentaram um aumento de 15%, passando de R\$ 43,6 milhões para R\$ 50,2 milhões. Esse crescimento foi impactado por custos comerciais, mudanças no critério de reversão/constituição da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD e despesas variáveis no segmento de GLP. Adicionalmente, um valor de R\$ 4,4 milhões referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS foi contabilizado na linha de receita, contribuindo para o ajuste nos resultados operacionais. Esses fatores refletem ajustes estratégicos e mudanças regulatórias, que influenciaram diretamente as despesas da Companhia.

O **lucro operacional** acumulado de 2024 totalizou R\$ 63,3 milhões, representando uma redução de 24,0% em comparação aos R\$ 83,3 milhões registrados no ano anterior. Essa diminuição é principalmente atribuída ao impacto das variações nas despesas operacionais, que influenciaram negativamente os resultados no período analisado.

O **resultado financeiro** de 2024 apresentou um aumento expressivo nas despesas, que totalizaram R\$ 128,3 milhões, representando um acréscimo de R\$ 99,4 milhões em relação a 2023. Esse aumento é principalmente decorrente da variação cambial reconhecida no exercício, associada aos pagamentos de empréstimos em dólares. No quarto trimestre de 2024, foi registrada uma despesa financeira de R\$ 53,3 milhões, frente a R\$ 2,6 milhões no mesmo período de 2023. Desses valores, R\$ 40,0 milhões referem-se à variação cambial passiva no quarto trimestre de 2024, enquanto o mesmo trimestre do exercício anterior apresentou uma variação cambial ativa de R\$ 10,2 milhões. Vale destacar que essas despesas financeiras não impactam o fluxo de caixa, uma vez que os empréstimos estão estruturados para o longo prazo.

O **resultado líquido** do quarto trimestre de 2024 foi negativo em R\$ 23,4 milhões, enquanto no mesmo período de 2023 o resultado foi positivo em R\$ 17,5 milhões. No acumulado de 2024, o resultado líquido totalizou um prejuízo de R\$ 41,7 milhões. Essa performance negativa está diretamente relacionada ao aumento das despesas financeiras, conforme detalhado anteriormente, especialmente pela variação cambial associada aos empréstimos em dólares.

O **Ebitda** acumulado de 2024 foi de R\$ 84,6 milhões, representando uma redução de 18,4% em relação ao desempenho de 2023, quando o valor foi de R\$ 103,6 milhões. No quarto trimestre de 2024, o Ebitda alcançou R\$ 22,0 milhões, apresentando uma queda de R\$ 12,5 milhões em comparação aos R\$ 34,5 milhões do mesmo período de 2023. Essa redução reflete principalmente as flutuações nos preços das commodities, especialmente no setor de alumínio e aço, que enfrentaram desafios no mercado global durante o ano. Além disso, as variações nas despesas operacionais, anteriormente mencionado, também tiveram impacto significativo sobre os resultados do período.

No contexto do mercado, o preço do alumínio e do aço foi afetado por uma combinação de fatores, incluindo a desaceleração da demanda em mercados chave, pressões nos custos de produção, instabilidades geopolíticas e incertezas econômicas globais. Esses elementos contribuíram para a diminuição das margens, resultando na queda observada no Ebitda.

Apesar dos desafios enfrentados em 2024, incluindo as variações nos preços das commodities e o impacto das despesas financeiras, a Mangels continua focada em fortalecer sua posição no mercado e no controle financeiro. Além disso, em sinergia com os objetivos e diretrizes institucionais, todas essas áreas atuam para estruturação e manutenção da conformidade com a estratégia de negócios e novas oportunidades de crescimento.

A Mangels está atenta às oportunidades de crescimento sustentável, com foco na expansão para novos mercados e no desenvolvimento de produtos inovadores, ao mesmo tempo em que adota práticas ambientais responsáveis. A Companhia também tem trabalhado para otimizar suas operações, melhorar a qualidade de seus produtos e serviços e aumentar a satisfação dos clientes.

Apesar dos desafios econômicos e setoriais, a Mangels demonstra um compromisso inabalável em superar obstáculos e alcançar um crescimento contínuo. Com uma abordagem proativa e resiliente, a Companhia está bem-posicionada para aproveitar as oportunidades que surgirem, visando um futuro mais sólido e sustentável.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos anos de 2024 x 2023 x 2022 - (em R\$ mil)

Mangels Industrial S.A. e Controladas Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	11.184	24.414	8.154	12.596	34.448	13.492
Aplicações financeiras	27.308	30.593	35.355	42.572	31.741	57.660
Contas a receber de clientes	101.719	88.162	93.813	105.508	92.757	98.011
Estoques	115.215	107.668	108.974	125.615	118.532	124.876
Tributos a recuperar	23.433	57.375	41.398	23.622	57.621	41.631
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	667	2.557	4.000	667	2.557	4.005
Outros ativos	7.807	14.343	22.475	12.862	20.928	27.419
Total do ativo circulante	287.333	325.112	314.169	323.442	358.584	367.094
Aplicações financeiras	14.879	-	-	18.908	-	-
Tributos a recuperar	15.209	33.641	68.488	15.209	33.641	68.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.033	174.686	184.558	203.149	174.727	184.558
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11.700	14.058	11.700	11.700	14.058	11.700
Depósitos judiciais	6.251	5.255	4.944	6.863	5.859	5.548
Outros ativos	236	390	370	236	390	370
Total do realizável a longo prazo	251.308	228.030	270.060	256.065	228.675	270.664
Investimentos	44.740	42.135	80.893	-	-	-
Imobilizado	151.671	146.558	154.159	158.868	153.825	161.495
Intangível	1.150	749	555	1.157	749	555
	197.561	189.442	235.607	160.025	154.574	162.050
Total do ativo não circulante	448.869	417.472	505.667	416.090	383.249	432.714
Total do ativo	736.202	742.584	819.836	739.532	741.833	799.808

Mangels Industrial S.A. e Controladas Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Passivo						
Fornecedores	45.631	26.342	35.843	45.826	26.492	36.127
Empréstimos e financiamentos	104.491	124.012	73.101	105.872	125.446	74.588
Salários e encargos sociais	21.123	19.117	16.818	21.696	19.678	17.717
Tributos a recolher	2.959	6.304	3.057	3.533	6.879	4.097
Tributos parcelados	1.026	2.354	281	1.622	3.000	953
Conta corrente com partes relacionadas	5.737	11.259	32.182	-	-	-
Passivo de arrendamento	429	380	603	547	489	704
Outras contas a pagar	14.519	12.281	21.866	15.004	12.801	21.927
Passivo de contrato	3.112	2.410	6.219	3.112	2.420	6.238
Total do passivo circulante	199.027	204.459	189.970	197.212	197.205	162.351
Empréstimos e financiamentos	522.724	482.547	612.378	527.194	488.134	619.083
Provisão para riscos e discussões judiciais	4.557	4.591	5.676	4.818	4.975	5.920
Tributos parcelados	8.549	7.188	39	8.549	7.188	39
Passivo de arrendamento	792	1.168	1.488	1.206	1.700	2.130
Outras contas a pagar	-	1.653	3.060	-	1.653	3.060
Total do passivo não circulante	536.622	497.147	622.641	541.767	503.650	630.232
Total do passivo	735.649	701.606	812.611	738.979	700.855	792.583
Capital social	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273
Reserva de reavaliação	8.100	8.424	8.758	8.100	8.424	8.758
Reserva de incentivos fiscais	22.321	20.797	14.924	22.321	20.797	14.924
Prejuízos acumulados	(202.747)	(159.972)	(188.480)	(202.747)	(159.972)	(188.480)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.606	456	750	1.606	456	750
Total do patrimônio líquido	553	40.978	7.225	553	40.978	7.225
Total do passivo e do patrimônio líquido	736.202	742.584	819.836	739.532	741.833	799.808

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2024 em comparação com o ano de 2023

Principais contas do Ativo:

Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras – A variação consolidada apresentou um aumento de R\$ 7,9 milhões em comparação ao exercício anterior. É importante destacar que, durante o exercício de 2024, houve o pagamento de duas parcelas semestrais de empréstimos (principal e juros), totalizando R\$ 115,3 milhões. Mesmo com essas movimentações, a disponibilidade de caixa e aplicações da Mangels encerrou o exercício com um saldo positivo, dentro do esperado, comprovando a excelente capacidade da empresa na geração de caixa.

Contas a receber de clientes – A variação consolidada das contas a receber foi de R\$ 12.751, representando um aumento de 13,7%. Esse crescimento foi impulsionado pelas vendas, que foram favorecidas pelo mercado no final de 2024.

Estoques – De forma estratégica e com base nas projeções, a Mangels aumentou seu estoque em 6,0% ao final do exercício de 2024, totalizando um montante consolidado de R\$ 125,6 milhões.

Tributos a recuperar: Em 31 de dezembro de 2024, esta linha apresentou uma apropriação de R\$ 52,4 milhões, devido às compensações ocorridas durante o exercício. Grande parte dessas compensações foi atribuída aos impostos federais. Essa estratégia está alinhada ao objetivo da Mangels, pois não houve desembolso de caixa para cumprir essas obrigações, visando sempre manter o fortalecimento contínuo do caixa.

Principais contas do Passivo:

Empréstimos e Financiamentos – Em 31 de dezembro de 2024, os Empréstimos e Financiamentos, abrangendo curto e longo prazo, totalizavam R\$ 633,0 milhões, um aumento de 3,2 % em comparação com os R\$ 613,6 milhões do ano anterior. Parte dessa variação é atribuída à exposição cambial, com a cotação do dólar subindo de R\$ 4,8413 em dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em dezembro de 2024, resultando em um impacto negativo de R\$ 77,3 milhões devido à flutuação cambial e R\$ 57,4 milhões relacionados aos juros provisionados sobre o endividamento.

Fornecedores – O saldo consolidado em 2024 de fornecedores que é constituído somente de obrigações a curto prazo, alcançou R\$ 45,8 milhões em 31 de dezembro de 2024. Isso reflete um aumento de 72,8% em relação aos R\$ 26,5 milhões registrados no mesmo período de 2023. Esta variação significativa é decorrente do aumento na aquisição de matéria-prima devido ao incremento na produtividade e à formação de um estoque estratégico.

O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

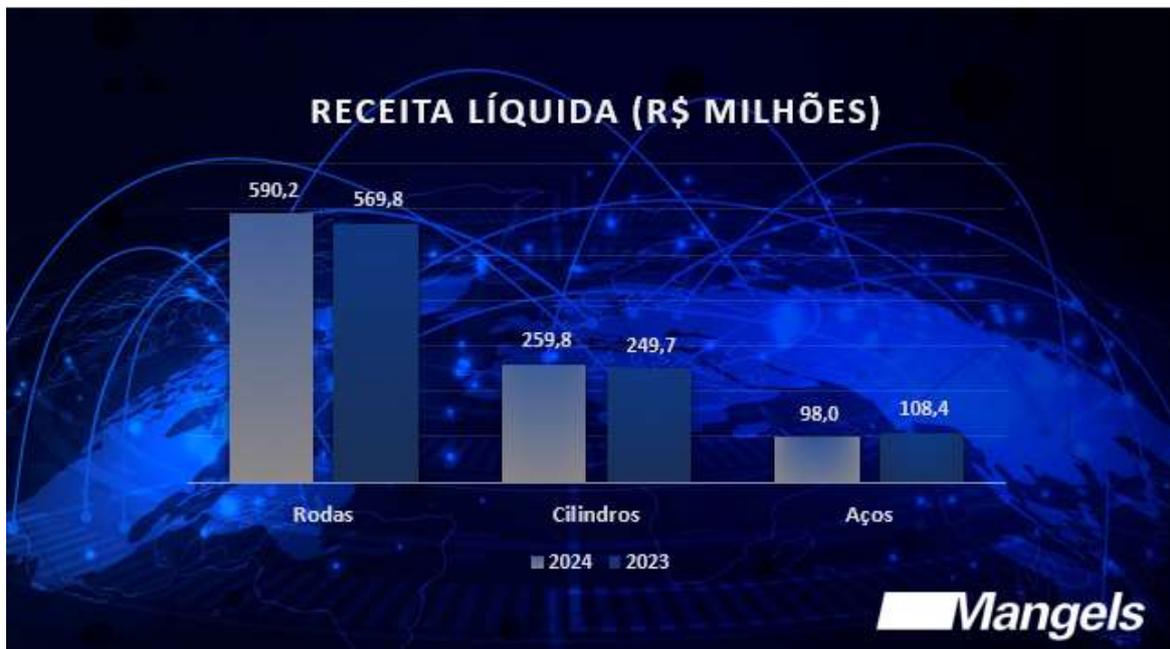
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2023	-	136	-	136
2024	-	26.206	-	26.356
2025	45.631	-	45.826	-
Total	45.631	26.342	45.826	26.492

2.1. Os Diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS



Apesar da estabilidade da receita líquida em comparação aos exercícios de 2023 e 2024, a Mangels enfrentou oscilações significativas nos preços do aço e do alumínio, impactando diretamente sua receita. Essas flutuações nos preços das commodities representaram um dos principais desafios para a Companhia. A variação nos preços do aço e do alumínio afetou a margem de lucro da Mangels, uma vez que esses materiais são essenciais para a produção de rodas e cilindros. A instabilidade nos preços das commodities pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo mudanças na oferta e demanda globais, políticas comerciais e variações cambiais.

Apesar desses desafios, a Mangels conseguiu mitigar parte dos impactos por meio da diversificação de seus segmentos de atuação. O segmento de Rodas e Cilindros, por exemplo, registrou um crescimento na receita líquida, ajudando a compensar as perdas em Aços. A Companhia também manteve um foco rigoroso no controle financeiro e na otimização de suas operações para enfrentar as adversidades do mercado.

ii. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica

iii. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Rodas: A principal influência neste negócio é a sua matéria-prima essencial, o alumínio, cujos preços são determinados internacionalmente pela London Metal Exchange (LME) e cotados em dólares. A maioria dos contratos de venda das rodas inclui uma cláusula de reajuste automático do preço do alumínio a cada trimestre. Isso resulta em uma defasagem de três meses entre o preço pago pela Companhia pela matéria-prima e o preço de venda aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam os preços desses negócios. No caso do negócio de Cilindros, a capacidade de investimento dos clientes é um fator crucial, pois a aquisição de botijões novos representa a compra de ativos imobilizados.

Resultados Financeiros:

A flutuação da taxa de câmbio do real em relação ao dólar influencia o resultado econômico da Companhia, devido à variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira.

2.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos três exercícios sociais, não houve a introdução de novos segmentos operacionais em nossas atividades. No exercício de 2023 nos segmentos de Requalificação houve a descontinuação da prestação de serviço, continuando no segmento apenas como fornecedor de componentes.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações Societárias.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As seguintes alterações em normas contábeis são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos na Companhia, a saber:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 16/CPC 06 (R2)	Alterações que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 1/CPC 26	Alterações que esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Além disto, esclarece que apenas <i>covenants</i> a serem cumpridos em, ou antes, do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 7/CPC 03 (R) e IFRS 7	Alterações que esclarecem que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não são obrigatórias ou vigentes em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração está estudando se haverá impactos significativos na Companhia, a saber:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima. Dessa forma as companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadoras.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.	Entra em vigor em 1º de janeiro 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, esta data.

ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.	Entra em vigor em 1º de janeiro 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, esta data.
CPC 02 (R2)	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.
CPC 37 (R1)	CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras – e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	
IAS 21/CPC 02 (R2)	Alterações exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações financeiras compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.
IFRS 18	O <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB, órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada “ <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ” (IASB, 2024). Essa norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

Reforma Tributária Internacional

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo do Pilar Dois para uma reforma tributária internacional (IAS 12 / CPC 32), as quais se aplicam a grupos multinacionais que apresentem receitas consolidadas a partir de € 750 milhões, em pelo menos dois dos últimos quatro exercícios.

Grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras deverão calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam, chegando em uma alíquota efetiva da jurisdição.

Quando a alíquota efetiva da jurisdição onde o grupo opera for inferior à alíquota mínima definida em 15%, o grupo multinacional deverá pagar um valor complementar de tributo sobre o lucro, referente à diferença.

Desde 2024, a Companhia está sujeita às regras do modelo Pilar Dois da OCDE na Áustria, África do Sul, Holanda, Reino Unido e Turquia, não observando impactos relevantes para estas jurisdições.

Em paralelo, o Brasil publicou a Medida Provisória 1.262, Instrução Normativa 2.228/24 e Lei 15.079/24 que instituiu o imposto adicional doméstico (“*Qualified Domestic Minimum Top-UP Tax – QDMTT*”) no formato de adicional de CSLL, cuja vigência se inicia a partir de 1º de janeiro de 2025, caracterizando uma adoção parcial às regras do Pilar Dois.

A Companhia está monitorando potenciais impactos que essa nova regra poderá trazer ao Grupo.

b) Parecer do auditor

2024

Relatório de auditoria sem ressalvas emitido por Jefferson Coelho Diniz (CRC 1SP-277.007/O-8) da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (CRC 2SP-025.583/O-1) em 28 de março de 2025, relativo ao exercício social findo em 31.12.2024.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Mangels Industrial S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses

assuntos. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável do Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos) – Nota Explicativa nº25(b)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25(b) “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os montantes de R\$ 203.033 mil (individual) e R\$ 203.149 mil (consolidado), considerados recuperáveis à medida em que a Companhia entende que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros, estando, dessa forma, sujeitos à avaliações e julgamentos significativos na determinação da recuperabilidade, levando em consideração a geração de lucros futuros, dentre outras premissas e julgamentos. Dessa forma, a Companhia avalia a probabilidade da geração de lucros futuros para realização dos citados ativos, estabelecendo as respectivas premissas e estimativas que os determinam. Assim, as estimativas e premissas (em virtude das incertezas e algo grau de julgamento envolvidos) representam um risco relevante de ajuste nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, razão pela qual consideramos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa utilizados no teste de recuperabilidade elaborado pela administração;
- Envolvermos nossos especialistas internos em finanças corporativas nas avaliações das projeções econômicas e financeiras, na revisão dos cálculos matemáticos, na análise e entendimento das premissas e metodologia de cálculo e comparação das informações com expectativas de mercado, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas;
- Desafiamos as premissas consideradas pela administração, tais como taxas de juros e de crescimentos econômico;
- Envolvermos nossos especialistas internos em tributos na análise das apurações de impostos de renda e contribuição social diferidos; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perspectiva de recuperação econômica do imposto de renda e contribuição social diferidos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perspectiva de recuperação econômica do imposto de renda e contribuição social diferidos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as

informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos correspondentes ao exercício anterior

A auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, datado de 26 de março de 2024, não continha ressalvas.

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a

sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

2.4. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisão contingencia, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber;
- **Nota Explicativa nº 12** – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota Explicativa nº 14** – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota Explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- **Nota Explicativa nº 25.b** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas, que não estão sujeitos a prazos prescricionais, devido a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

2.5. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

i. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

a. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

Não se aplica

b. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

Não se aplica

c. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não se aplica

d. Contratos de construção não terminada.

Não se aplica

e. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica

f. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não se aplica

2.6. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não se aplica

b. Natureza e o propósito da operação.

Não se aplica

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não se aplica

2.7. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorado especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para os investimentos previstos em 2025, informamos que os montantes representam mais de 95% dos valores investidos em 2024, distribuídos da seguinte forma em porcentagem:

Investimentos - 2025	
Expansão/Volume	62%
Produtividade/Ganho de Eficiência	20%
Sustentação/Manutenção	12%
Tecnologia da Informação	3%
Meio Ambiente/Segurança	3%
	100%

**ANEXO II – CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

*(Informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência a respeito dos
candidatos ao Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 11 da Resolução CVM
nº 81/22)*

7.3. Em relação a cada um dos administradores indicar, em forma de tabela: a) nome; b) data de nascimento; c) profissão; d) CPF ou número do passaporte; e) cargo eletivo ocupado; f) data de eleição; g) data da posse; h) prazo do mandato; i) se foi eleito pelo controlador ou não; j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria; k) caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos; l) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<u>Candidato 1</u>	
a) Nome	Mark Ross Mangels
b) Data de Nascimento	11/12/1954
c) Profissão	Engenheiro mecânico
d) CPF	939.718.428-87
e) Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
f) Data da eleição	30/04/2025
g) Data da posse	30/04/2025
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo	08/05/2001

mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica
m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

<u>Candidato 2</u>	
a) Nome	Jonathan Thomas O'Day
b) Data de Nascimento	12/01/1979
c) Profissão	Engenheiro
d) CPF	233.663.868-19
e) Cargo eletivo ocupado	Vice-presidente Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A.
f) Data da eleição	30/04/2025
g) Data da posse	30/04/2025
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Sim
k) Caso o administrador ou conselheiro venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	27/04/2023
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica
m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade
ii. condenação em processo	

<p>administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</p>	<p>profissional ou comercial.</p>
<p>iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

<u>Candidato 3</u>	
a) Nome	Susan Jane Mangels Cox
b) Data de Nascimento	29/02/1960
c) Profissão	Professora
d) CPF	011.652.288-74
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheira de Administração
f) Data da eleição	30/04/2025
g) Data da posse	30/04/2025
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	08/05/2001
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	

(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.
m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

<u>Candidato 4</u>	
a) Nome	Alan Robert Mangels
b) Data de Nascimento	02/06/1982
c) Profissão	Engenheiro aeroespacial
d) CPF	214.810.228-14
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração

f) Data da eleição	30/04/2025
g) Data da posse	30/04/2025
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	27/04/2018
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.
m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou	

objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	
---	--

<u>Candidato 5</u>	
a) Nome	Cristine Mangels Vieira
b) Data de Nascimento	23/11/1982
c) Profissão	Formada em Marketing
d) CPF	102.120.011-59
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheira de Administração
f) Data da eleição	30/04/2025
g) Data da posse	30/04/2025
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	19/07/2019
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Não se aplica.

mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

<u>Candidato 6</u>	
a) Nome	Antonio Farina
b) Data de Nascimento	17/05/1960
c) Profissão	Engenheiro Mecânico
d) CPF	064.559.088-64
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f) Data da eleição	30/04/2025
g) Data da posse	30/04/2025
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Não
j) Membro Independente	Sim
k) Caso o administrador ou	29/05/2014

<p>conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos</p>	
<p>l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em</p>	
<p>(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e</p>	<p>Não se aplica</p>
<p>(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Não se aplica.</p>
<p>m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos</p>	
<p>i. condenação criminal;</p>	<p>Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.</p>
<p>ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</p>	
<p>iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

Currículos dos Candidatos, em atenção ao disposto no art. 3º, § 2º da Resolução CVM n.º 80/22:

MARK ROSS MANGELS Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós-graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, Coldex Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI – EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquias Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 7 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A, membro do Conselho de Administração desde 2001.

JONATHAN THOMAS O'DAY Graduado em engenharia mecânica pela Michigan University (2001), com mestrado e MBA pela The Wharton School & The Lauder Institute, University of Pennsylvania (2008). Com trajetória profissional construída em empresas como General Electric e Prosperitas Investimentos, nos últimos 05 anos foi Head of Asset and Fund Management da GLP (Global Logistic Properties) e atualmente é Managing Director da EQT Exeter, ambas do setor logístico.

SUSAN JANE MANGELS COX Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School – São Paulo, Brasil; Yew Chung International School – Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo – São Paulo, Brasil; Four Seasons – Hamamatsu, Japão; Associação Alumni – São Paulo, Brasil; International School of Bucharest – România; English School Fahaheel – Kuwait. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2001.

ALAN ROBERT MANGELS Graduado em Engenharia Aeroespacial (University of Michigan), Master em Mercado Latino-Americano (The Lauder Institute – University of Pennsylvania) e MBA em Administração e Finanças (University of Pennsylvania – The Wharton School). Com trajetória profissional construída em empresas como Rolls-Royce North America, Airbus e Deloitte, Alan ingressou na Mangels Industrial S.A. como Diretor Comercial em fevereiro de 2015, reportando-se ao Conselho de Administração e, desde janeiro de 2017 tornou-se também Diretor de Operações, com foco nas atividades industriais de Três Corações/MG. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2018.

CRISTINE MANGELS VIEIRA Graduada em Marketing, com trajetória profissional construída em empresas como Find Your Influence – Marketing e Mídias Sociais. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2019.

ANTONIO FARINA Graduado em Engenharia Mecânica (Centro Universitário FEI), exerceu função comercial na Ferrostaal do Brasil no segmento de máquinas injetoras (1995). Possui experiência no mercado de ações como analista de investimento e como

investidor em diversas empresas desde 1990, membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2014.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) Administradores do emissor
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Mark Ross Mangels – tem relação de parentesco em segundo grau com **Susan Mangels Cox**.

Susan Jane Mangels Cox – tem relação de parentesco em segundo grau com **Mark Ross Mangels**.

Cristine Mangels Vieira – tem relação de parentesco em primeiro grau com **Mark Ross Mangels**.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social
- b. Controlador direto ou indireto do emissor
- c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.

ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme previsto no Artigo 13, I, da Resolução CVM nº 81/22 e nos termos do item 8 do Formulário de Referência)

8. Remuneração dos administradores

8.13. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da consultoria Korn Ferry, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

A Companhia possui Política de Remuneração formalmente aprovada e segue as práticas mencionadas acima.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

c) Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e

longo prazo do emissor; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; sua metodologia de cálculo e de reajuste; e principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos ocorre da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Atualmente, não há nenhum membro do Conselho de Administração que cumule função como Diretor da Companhia.

b) Diretoria: os membros da Diretoria estatutária recebem 13 (treze) remunerações por ano, a título de honorários, exceto o Diretor-Presidente, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Atualmente, não há nenhum membro da Diretoria que faça parte do Conselho de Administração.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

- Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro Mangels para ser considerado elegível;
- No SRV existem dois indicadores:
- Indicador financeiro Mangels consolidado;
- Metas Individuais.

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não será inferior a 10% da média atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Proporção de cada elemento na remuneração total:

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2024, 57% corresponde a honorários fixos e 43% a remuneração variável.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado, através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral, a remuneração do Conselho de Administração é reajustada anualmente ou, em prazo menor, se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Korn Ferry.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro EBITDA foi o considerado em 2024, bem como será considerado em 2025, para determinação da remuneração variável.

Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Anualmente, o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

ii. **Razões que justificam a composição da remuneração:**

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média do mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

iii. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**
Não se aplica.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada pela Companhia.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) Órgão;

b) Número total de membros;

c) Número de membros remunerados;

d) Remuneração segregada em:

i. Remuneração fixa anual, segregada em:

- *Salário ou pró-labore;*
- *Benefícios diretos e indiretos;*
- *Remuneração por participação em comitês;*
- *Outros.*

ii. Remuneração variável, segregada em:

- *Bônus;*
- *Participação nos resultados;*
- *Remuneração por participação em reuniões;*
- *Comissões;*
- *Outros.*

iii. Benefícios pós-emprego;

iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo;

v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções.

e) Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal;

f) Total da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal.

Remuneração reconhecida no resultado de 2024 do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	03	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	07	03	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.449.512	R\$ 2.782.445	R\$ 252.906
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 2.103.693	-
. Bônus	-	-	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 2.449.512	R\$ 4.886.138	R\$ 252.906
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ 7.588.556		

Remuneração reconhecida no resultado de 2023 do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	03	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	07	03	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.260.000	R\$ 2.165.644	R\$ 245.197
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 450.937	-
. Bônus	-	-	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 2.260.000	R\$ 2.616.581	R\$ 245.197
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ 5.121.778		

Remuneração reconhecida no resultado de 2022 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	06	02	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.100.000	R\$ 913.532	R\$ 25.352
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 450.937,32	-
. Bônus	-	R\$ 450.937,32	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 2.100.000	R\$ 1.364.469,32	R\$ 25.352
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal	R\$ 3.489.821,32		

Remuneração prevista para o exercício social de 2025 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	03	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	07	03	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.552.626	R\$ 2.782.445	R\$ 278.244
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 2.103.693	-
. Bônus	-	R\$ 2.103.693	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 2.552.626	R\$ 4.886.138	R\$ 278.244
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ 7.717.008		

8.3. Em relação à remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão;
- b) Número total de membros;
- c) Número de membros remunerados;
- d) Em relação ao bônus:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais.
- e) Em relação à participação no resultado:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos três exercícios sociais.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

Remuneração variável no exercício de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 345.922	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	03	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.850.286	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	03	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.855.869	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2025 (Previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	03	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 2.103.693	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) *Termos e condições gerais;*
- b) *data de aprovação e órgão responsável;*
- c) *número máximo de ações abrangidas;*
- d) *número máximo de opções a serem outorgadas;*
- e) *condições de aquisição de ações;*
- f) *critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;*
- g) *critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício;*
- h) *forma de liquidação;*
- i) *restrições à transferência das ações;*
- j) *critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;*
- k) *efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) *órgão;*
- b) *número total de membros;*
- c) *número de membros remunerados;*
- d) *preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:*

- i. em aberto no início do exercício social*
- ii. perdidas e expiradas durante o exercício social*
- iii. exercidas durante o exercício social*
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) data de outorga*
- e) quantidade de opções outorgadas*
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis*
- g) prazo máximo para exercício das opções*
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções*
- i) valor justo das opções na data da outorga;*
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) em relação às opções ainda não exercíveis*
 - i. quantidade*
 - ii. data em que se tornarão exercíveis*
 - iii. prazo máximo para exercício das opções*
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações*
 - v. preço médio ponderado de exercício*
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social*
- e) em relação às opções exercíveis*
 - i. quantidade*
 - ii. prazo máximo para exercício das opções*
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações*
 - iv. preço médio ponderado de exercício*
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social*
- f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) número de ações*
- e) preço médio ponderado de exercício*
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas*
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) data de outorga*
- e) quantidade de ações outorgadas*
- f) prazo máximo para entrega das ações*
- g) prazo de restrição à transferência das ações*
- h) valor justo das ações na data da outorga*
- i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) *órgão*
- b) *número total de membros*
- c) *número de membros remunerados*
- d) *número de ações*
- e) *preço médio ponderado de aquisição*
- f) *preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas*
- g) *multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) *modelo de precificação*
- b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*
- c) *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*
- d) *forma de determinação da volatilidade esperada*
- e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Ações emitidas pela Companhia e detidas em 31.12.2024		
Órgão	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	-	98.155
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) *Órgão;*
- b) *Número total de membros;*

- c) Número de membros remunerados;
- d) Nome do plano;
- e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- f) Condições para se aposentar antecipadamente;
- g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- i) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a) Órgão;
- b) Número total de membros;
- c) Número de membros remunerados;
- d) Valor da maior remuneração individual;
- e) Valor da menor remuneração individual;
- f) Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	03	03	02	07	07	06	03	03	03
Nº de membros remunerados	03	03	02	07	07	06	03	03	03
Valor da maior remuneração	1.602.000	1.408.335	480.458	565.272	460.000	600.000	252.900	126.756	25.352
Valor da menor remuneração	461.001	589.544	433.074	314.040	200.000	300.000	252.900	126.756	25.352
Valor médio da remuneração	719.444	872.194	456.766	349.930	282.500	350.000	252.900	126.756	25.352

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2022	2023	2024	2025
Conselho de Administração	83%	83%	85%	85%
Diretoria	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos três últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

Não está nos planos da Companhia realizar nenhum pagamento nesse sentido para o exercício em curso.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Órgão	2022	2023	2024	2025
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

* * *